

MARCHARAM SOBRE A CAPITAL MINEIRA MAIS DE QUATRO MIL GREVISTAS DE MORRO VELHO

E' um engodo e "plano canadense" — Sem resultado a reunião mediadora — Rejeita a proposta do Tribunal Regional do Trabalho, pelos trabalhadores — Permanecerão firmes na sua decisão até solução satisfatória e definitiva

BELO HORIZONTE, 3 (Do enviado especial) — Há mais de um mês que se declararam em greve os trabalhadores das minas de Morro Velho. Através de um manifesto os mineiros expuseram as razões do movimento: 3.849 operários dos 4.367 que trabalham nas minas de Raposas e Nova Lima, ganham menos de Cr\$ 1.800,00, que constitui uma remuneração baixíssima, para uma região onde o custo de vida é igual ao de Belo Horizonte e outros centros industriais do país e onde não existe a possibilidade das mulheres e filhos, em condições de trabalhar, ajudar no pagamento doméstico, porque o trabalho nas minas é a única atividade local.

UM ENGODO O "PLANO CANADENSE"

Os proprietários das minas, em conivência com as autoridades governamentais "trabalhistas", instituíram um sistema de remuneração, a base de gratificação proporcional à quantidade de ouro extraído. Conseguiu o Sindicato dos Mineiros provar que esse plano, denominado "plano canadense", beneficiou apenas patrões, com o aumento considerável da produção além de aumentar os rendimentos dos altos funcionários da empresa, que na sua totalidade são estrangeiros. Acresce ainda que a companhia vem retardando o pagamento das gratificações devidas, de acordo com o plano, além de sonegar aos tra-

balhadores os atrasados correspondentes ao pagamento das férias remuneradas e descausado semobos colocando essas importâncias em bancos com o fim de locupletarem-se com os juros. Em conclusão o chamado "plano canadense", que no dizer dos patrões levaria todos os mineiros a desfrutarem uma situação invejável, não passa de um clamoroso engodo aos trabalhadores.

MEDIAÇÃO MINISTERIAL

Na reunião realizada entre grevistas e dirigentes da empresa canadense, promovida pelo Ministério do Trabalho, não foi possível um acordo, pelo fato de o representante ministerial, sr. José de Barros Nunes, não permitir que da mesma participassem os advogados das partes, com os quais discutiu acaloradamente, tendo como consequência, terminado sem os resultados desejados a reunião que se degenerara em tumulto.

(Conclui na pag. 2)

AUMENTO DE SALÁRIOS AOS TRABALHADORES NO GAS

Trabalhadores da Companhia de Gás estiveram no gabinete do prefeito Janio Quadros a fim de saber qual a solução dada ao pedido de aumento de tarifas daquela companhia, uma vez que estavam ameaçados de não receberem o aumento de salários ainda este ano. O prefeito da Capital, explicou aqueles trabalhadores que a comissão designada para estudar o assunto, chegou a conclusão, após exames, que não seria legal o aumento através de decreto e que a elevação dos salários só poderia ser feita com o aumento de tarifa do gás, correspondente a Cr\$ 0,20 por metro cubico.

AMEAÇA DE GREVE

Em face da ameaça de greve por parte dos trabalhadores, o prefeito Janio Quadros prometeu elaborar ainda hoje o projeto que concederia aumento das tarifas do gás, ao mesmo tempo em que pediria a presença dos líderes das bancadas da Câmara Municipal, em seu gabinete, no sábado, para discutirem o melhor maneira do investimento para aprovação do projeto.

FOLHA SOCIALISTA

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Diretor Responsável: ANTONIO COSTA CORREA
 Diretor-Gerente: HOZAIR MOTA MARCONDES
 Redação e Administração: RUA TABATINGUERA, 362, SÃO PAULO - BRASIL
 N.º avulso: Cr\$ 1,00
 Ass. anual: Cr\$ 50,00

ANO V — 5 de novembro de 1953 — N.º 11

VIOLAM AS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS QUE ASSUMIMOS AS VIOLENCIAS DO "GOVERNO TRABALHISTA" CONTRA OS MARITIMOS



Em meados do mês passado declararam-se em greve os trabalhadores marítimos, com apoio de uma maioria das assembleias dos sindicatos que reúnem os trabalhadores de mar. Esse é um direito assegurado pela nossa Carta Magna do qual fizeram uso aqueles trabalhadores no sentido de induzirem o governo e os armadores a cumprir com as cláusulas do acordo firmado no Ministério do Trabalho, como consequência da greve deparada em junho último. Apesar do dispositivo constitucional que assegura aos trabalhadores o direito de lançar mão da greve como um processo de reivindicações, o governo trabalhista de Getúlio Vargas, baseado num decreto-lei do governo

Dutra, incompatível com a Democracia, com a Liberdade e com a dignidade de qualquer povo civilizado, continua a considerar a greve como um crime. Desde esse nefando decreto 9.070, o governo "trabalhista" de Vargas e Jango Goulart, tem a arma necessária para sufocar cada vez mais a liberdade de reunião e de organização de classe, principalmente quando os trabalhadores assim se unem para sua reivindicação mais sentidas e imediatas. A serviço da reação burguesa, o "governo dos trabalhadores" lança a polícia contra os trabalhadores. Antes mesmo que houvesse qualquer início da execução da greve decretada pelo Comando Geral de Greve, a sede dos Sindicatos de Marinheiros, Foguistas e Taisfeiros, no Distrito Federal, foi invadida por policiais que não obstante a resistência por parte dos trabalhadores e cassetetes, agredindo violentamente os trabalhadores que se encontravam reunidos, para ouvir a palavra de ordem do Comando Geral da Greve. Encontraram os policiais a necessidade de justa resistência por parte dos trabalhadores que tinham consciência de estarem defendendo um direito inalienável. Dirigentes sindicais foram desumanamente espancados e presos. O clichê acima mostra bem um pouco do que foi o ato de invasão da sede do sindicato dos marítimos e da sua extrema violência, quando os trabalhadores e defenda contra o vandalismo da polícia, com os únicos armas que dispunham: — as mãos. Foi instaurado inquérito contra os dirigentes grevistas e muitos ainda se encontram presos. Ninguém deve esquecer ditante

essa atitude do governo "trabalhista" de Getúlio e de Jango, que nos colocou em situação responsável em face dos povos livres do mundo, violando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Libertar o sindicato da tutela ministerial e das correntes partidárias eleitorais; bradar

sem desfeiteamento pelo respeito à autonomia dos sindicatos, ação dura pelo respeito ao direito de greve, eis as tarefas para os quais nos sentimos no dever de convocar os trabalhadores, como experiência do movimento grevista dos trabalhadores marítimos.

PLENARIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Foi marcada para dia 13 de dezembro próximo vindouro a realização de mais uma reunião plenária do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro. As sessões serão realizadas na sede do Partido, à rua Tabatinguera, 362, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame da situação política do Estado; 2) Questão sindical; 3) Vistas. Estão convidadas diversas dirigentes sindicais filiadas ou não ao partido, com a finalidade de tornar mais amplos os debates. Essa reunião plenária, contará com a presença do secretário sindical do Diretório Nacional, sr. Fernando Arruda.

O direito de greve e o arbitrio policial

At temos novamente ou como sempre — após breve e ilusório interregno de respeito aos direitos dos trabalhadores — a questão social como "caso de polícia", o direito de greve como um favor, em cada caso concedido ou não pela polícia política, a seu critério. E mais uma vez a Lei de Segurança empuñada pelos bealeguis policiais como um chicote.

O ministro Interino do Trabalho, num reconhecimento explícito de que houve violência, lava as mãos declarando, em entrevista, que não partiu do seu ministério "nenhuma ordem para que fosse empregada violência contra os marítimos", e esquivando-se, ainda, com a sua ignorância oficial das brutalidades ocorridas — que toda a população conhece — pois de nada o informaram o Ministério da Justiça e a Chefia de Polícia. Afinal, é um ministro Interino, apenas um "responsável pelo expediente". Pilatos mais distante, ainda que mais responsável, o ministro da Justiça parece pouco mais saber, e aprova, no menos implícitamente, o que fizeram os espancadores de operários, funcionários de um Departamento subordinado àquela pasta.

O chefe de Polícia, culpado pela direita, investe-se na plena responsabilidade das cenas de selvageria, e que, de modo geral, se vinha portando com moderação e impondo nos manifestantes de sua repartição, até certo ponto, o respeito às garantias constitucionais, vem a

e demais presentes à reunião — não houve baixas por ferimento, quando os jornais estampam fotografias de pessoas feridas, e a sanha policial, nos hospitais e documentação fotografica minuciosa da cada feita aos operários mesmo fora da sede do sindicato. Bom proveito ao nuar de bom conceito até investigar em campo não fadado. Repete ele os velhos processos de truculência e mistificação da polícia. Agiu exatamente como os seus negregados antecessores Felinto Muller, Pereira Lima, Lima Camará, Cloro Rezende e outros.

Trés mistificações numa só: a "ilegalidade" de uma greve, proclamada ao arbitrio da polícia política; a inversão da inocência e das culpas do atentado — a pobre da polícia atacada por uma multidão de trabalhadores desarmados; e o velho truque de converter em in-

(Conclui na 2.ª pag.)

SEM PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO A CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Dominam os interesses das empresas concessionárias, no Conselho Estadual de Energia Elétrica - Impede o progresso de S. Paulo a Cia. Paulista de Força e Luz - A verdade sobre o problema - Disenrodo do vereador socialista Alberto Eliezer Filho, na Câmara de Franca

O angustiante problema da falta de energia elétrica essencial ao nosso desenvolvimento econômico vem sendo debatido em todo o país com o interesse que merece. A palavra dos homens probos e corajosos vem colocando nos seus justos termos a situação, principalmente no interior cujo desenvolvimento sofre interrupção por força da política colonialista praticada pelas empresas estrangeiras concessionárias do fornecimento de energia elétrica. Divulgamos nesta edição o discurso que o vereador socialista, Alberto Eliezer Filho, pronunciou na Câmara Municipal da progressista cidade de Franca, no sentido de refutar todas as alegações invocadas pela Cia. Paulista de Força e Luz, afirmando de eximir-se da responsabilidade no crime que vem sendo cometido contra as populações obreiras da Zona Mogiana, que é um vasto domínio da Bond and Share, no Brasil.

Nosso trabalho de hoje será dedicado à análise de uma exposição feita por destacado membro das Empresas Elétricas Brasileiras, no âmbito do Conselho das Associações Filiais à Associação Comercial de S. Paulo, em 27 de agosto último. A data é recente, e, conforme se verá, os dados são os mais atualizados. Nessa exposição, comparecem representantes das referidas empresas, o dr. Julio Otto Theodoro Lohmann, para explicar aos representantes do comércio paulista as razões do raciocínio. O dr. Julio Lohmann é engenheiro chefe da Companhia Paulista de Força e Luz. Além disso, é ele membro do Conselho Estadual de Energia Elétrica. Isso vem provar duas coisas importantes: 1.º) — o dr. Lohmann é funcionário de alto coturno da Cia. Paulista; 2.º) — tem Conselho de Energia Elétrica, dominam os interesses das concessionárias, pois são eles constituintes, em boa parte pelo menos, por representantes das mesmas.

E, com base nas palavras desse senhor que iremos argumentar. Duas empresas estrangeiras, com "sua" 99% da energia elétrica produzida no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana. A primeira controla as zonas do Rio de Janeiro e de S. Paulo. A segunda, conhecida no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana. A primeira controla as zonas do Rio de Janeiro e de S. Paulo. A segunda, conhecida no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana. A primeira controla as zonas do Rio de Janeiro e de S. Paulo. A segunda, conhecida no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana. A primeira controla as zonas do Rio de Janeiro e de S. Paulo. A segunda, conhecida no Brasil: A "Light and Power", canadense e a "Bond and Share", norte-americana.

Está ali perfeitamente caracterizada a ideia do trust, eis que 21 unidades passaram a trabalhar sob orientação única, para um mesmo resultado. E, tecnicamente, trust é isso. É importante notar ainda que o dr. Lohmann não falou em tirar a máxima produção de cada zona, e sim em tirar o máximo partido da produção daquelas usinas. Continua o dr. Lohmann:

... construção da usina de 1943 para 1946, é inteiramente improcedente, pois é fato corriqueiro para os conhecedores da matéria que uma usina hidro-elétrica leva em média sete anos para ser construída. A Cia. de Avanhadava levou exatamente esse tempo.

4.º) — Que o governo nada impediu nesse ramo de atividade, tanto assim que a Cia. iniciou e terminou a usina quando bem entendido, sendo levado a cabo em dois anos pouco mais de financiamento.

5.º) — Que houve racionamento nos anos de 1944 e 1945, sem que tivesse havido diminuição nos nossos mananciais hidráulicos. A desculpa hoje invocada pela Cia., de que a diminuição do racionamento, não teria aplicado nos citados anos de 1944 e 1945, em que o racionamento foi feito sem que ocorressem fenômenos naturais imprevisíveis e inevitáveis. Portanto, a culpa é exclusivamente da Cia., que não manteve em cruzeiros e não na produção de quilowatts, e que assim revela absoluto desinteresse pelas zonas a que serve tão mal e com tanta prepotência.

Vamos dar a palavra novamente ao dr. Lohmann:

"Em 1946, colocamos em funcionamento, com nova usina do Avanhadava, com duas unidades de 10.000 KW." (pg. 10).

Essa afirmativa sugere as seguintes observações: — dezesseis anos, de 1929 a 1946, a Cia. apenas para o seu funcionamento o sistema que ela acabara em 1929, sem nenhum aumento, ou seja os 50.000 KW então existentes.

2.º) — Que somente depois desse "curto prazo" de 17 anos (mais farto tempo que o levou o consultado de Britalino), inaugurou a Cia. a miserável de 20.000 KW quando a nossa necessidade real se elevava a 264.000 KW.

3.º) — Que as estatísticas provam que o consumo elétrico se eleva, de ano para ano, a dez por cento. Em 1929, existiam 50.000 KW existentes em 1929, deveríamos prever: 55.000 KW para 1930, — 60.500 KW para 1931, 67.000 KW para 1932, 74.000 para 1933, e assim por diante, acrescentando-se sempre 10% ao consumo do ano anterior. Portanto, já em 1933 a necessidade das zonas servidas pela Cia. era de 74.000 KW, e em 1946, quando a "benemerita" inaugurou a usina do Avanhadava, essa necessidade se elevava a ... 264.000 KW, somente naquelas zonas. Que a Cia. não proporcionou para atender a essa necessidade de 264.000 KW! Apenas os miseráveis de 20.000 KW de Avanhadava, que, adicionados aos 30.000 já existentes, perfizeram apenas 70.000 KW. Qualquer criança poderia calcular que, se a usina que sabia diminuir 10% de 264, chegaria à conclusão de que o deficit, em 1946, era 194.000 KW, na zona da concessionária. Em síntese, a necessidade do consumo aumentou, em porcentagem, de 23,85%, em 17 anos, enquanto que, no mesmo tempo, a produção de energia pela Cia. aumentou apenas de 40%. É o caso de perguntar: teria havido falta de água ou falta de previsão?

Continua indignadamente o dr. Lohmann: — "Quer dizer, se a Cia. conseguia passar de 1929 a 1938, com 50.000 KW, desse último ano a 1946, embora a usina de ... 20.000 KW a capacidade, sua produção não era suficiente" (pg. 10).

Ora, grande descoberta!! Vimos que em 1946 a exigência era de 264.000 KW para uma potência de 50.000 KW. Portanto, o deficit era de 214.000 KW. Era lugar de nos 214.000 a Cia. nos deu 20.000 apenas, persistindo um deficit de 194.000 KW, conforme já vimos. Portanto, é claro que a produção não era suficiente, como não é e não será nunca enquanto estiver nas mãos dessa concessionária. Continua indignadamente o dr. Lohmann: — "Dois nascos a usina de Americana, com mais de 20.000 KW, que entrou em funcionamento em 1949, juntamente com a terceira usina de Avanhadava. Entraram mais 30.000 KW".

Com essa linguagem nebulosa, diz o engenheiro da Cia. que, além da usina de 20.000 de Americana, foi instalada uma máquina de 10.000 em Avanhadava. Ao todo, são 30.000 KW. Com a Cia, só dispunha de 100.000 KW, o deficit, subiu a 232.000 KW. Portanto, melhores, pelo especial atenção para este ponto: o deficit de 194.000 KW existentes em 1946, depois da inauguração da usina de Avanhadava, subiu para 232.000 KW em 1949, três anos depois da inauguração dos últimos 30.000 de Americana e Avanhadava. Não se pode falar, pois, em falta de água, estadiagem prolongada, se computamos esses dados estatísticos, "bem reveladas a cada notícia e a existência de deficits em períodos que não foram sacrificados pela estadiagem, mas que, como sempre, foram sacrificadas pela ambição desmedida do poderoso trust, cujo lema tem sido, produzir pouco, vender muito, aumentar preços e servir mal.

Previamente em 1949, de ... 332.000 KW. A Cia. só dispunha de 100.000 KW. Era suficiente? É o próprio engenheiro chefe que, à pg. 10 do relatório, faz a pergunta e a responde, nos seguintes termos: — "Era suficiente? Não! Pouco depois de a usina de Americana ter entrado em funcionamento, viu-se que também ela não era suficiente. Todos devem concordar com isto, que a usina de Americana não era suficiente para cobrir o deficit de 232.000 KW já existente em 1949. Resolveu ela instalar uma usina termo-elétrica, isto é, uma usina alimentada a óleo importado, agravando ainda mais a escassez de divisas com que luta o país. Vamos dar a palavra ao dr. Lohmann."

Essa usina foi focalizada perto de Americana, em São Jerônimo, tendo sido iniciada em junho do ano passado (1952). Até aquela ocasião, tudo estava cur, e, esperamos colocaria em funcionamento em 1954. Essa usina consome óleo combustível importado, e naturalmente só poderia constituir um processo, uma medida de emergência, porque não se poderia compreender a instalação de uma usina termo-elétrica num país como o nosso, que depende da importação de óleo, e onde há grandes possibilidades hidro-elétricas. Tivemos também a sorte de conseguir as máquinas com o apêndice porque são duplicatas de outra usina construída em Cuba, pertencendo à mesma empresa que financia a Cia. Encontramos duas unidades de ... 15.000 KW e, em março de 1954, teremos mais de 30.000 KW no sistema."

Essas demonstrações do dr. Lohmann demonstram que: — 1.º) — Para fazer face ao deficit de 232.000 KW, a Cia. instalará apenas 30.000 KW, que são 20.000 de Americana e 10.000 de Avanhadava, em março de 1954, teremos mais de 30.000 KW no sistema."

Essas demonstrações do dr. Lohmann demonstram que: — 1.º) — Para fazer face ao deficit de 232.000 KW, a Cia. instalará apenas 30.000 KW, que são 20.000 de Americana e 10.000 de Avanhadava, em março de 1954, teremos mais de 30.000 KW no sistema."



Essas demonstrações do dr. Lohmann demonstram que: — 1.º) — Para fazer face ao deficit de 232.000 KW, a Cia. instalará apenas 30.000 KW, que são 20.000 de Americana e 10.000 de Avanhadava, em março de 1954, teremos mais de 30.000 KW no sistema."

Essas demonstrações do dr. Lohmann demonstram que: — 1.º) — Para fazer face ao deficit de 232.000 KW, a Cia. instalará apenas 30.000 KW, que são 20.000 de Americana e 10.000 de Avanhadava, em março de 1954, teremos mais de 30.000 KW no sistema."

NEGADA A APROVAÇÃO ÀS CONTAS DE GARCEZ PELA BANCADA SOCIALISTA

Não obedece a planejamento algum a aplicação dos dinheiros públicos - Gastou-se mais em oprimir o povo do que em o sustento do povo - Voto do dep. Rogê Ferreira, às contas do governador

A representação do Partido Socialista Brasileiro, na Assembleia Estadual, não pode aprovar as contas do governador do Estado, relativas ao exercício de 1952. O representante socialista na Comissão de Finanças, dep. Rogê Ferreira, obtendo votos do processo, teve oportunidade de estudá-lo com o cuidado necessário, a fim de proferir o seu voto, independente de injunções político-partidárias, visando resguardar unicamente os interesses do povo, coerentemente com os princípios do Partido Socialista Brasileiro.

AS RAZÕES DA RECUSA

Pesando bem a responsabilidade da bancada socialista no Palácio 9 de Julho, do ponto de vista partidário, que é a defesa dos interesses do povo e, consequentemente, a defesa dos dinheiros públicos, diz o deputado Rogê Ferreira no seu voto:

"A apresentação das contas é tecnicamente perfeita. Isto quer na parte referente à receita, quer na parte da despesa, do balanço financeiro, da dívida pública, dos déficits do último quinquênio do resultado econômico. Mas o sentido do mesmo voto contra a aprovação das contas do sr. governador do Estado é não só por causa do excessivo déficit considerado, como também da maneira como foram gastos os dinheiros públicos para a realização desse vultuosíssimo déficit.

DO DEFICIT

O orçamento do Estado para o exercício de 1952, aprovado pela lei n. 1.298, de 16 de novembro de 1951, apresentava as seguintes previsões:

Receita .. Cr\$ 9.513.070.000,00
Despesa .. Cr\$ 10.457.534.600,00
Déficit .. Cr\$ 944.464.600,00
Percebemos, então, que a Assembleia, ao aprovar o orçamento que previa o déficit de Cr\$ 944.464.600,00, nunca poderia supor que esse déficit acabasse por atingir a fabulosa importância de Cr\$ 5.709.419.633,30, dando, portanto, uma diferença do déficit previsto anteriormente, conforme demonstra a simples operação que faremos: Déficit efetivo Cr\$ 5.709.419.633,30; Déficit previsto orçamentariamente: Cr\$ 944.464.600,00; Diferença: Cr\$ 4.764.955.033,30; Despesa efetiva: Cr\$ 15.222.489.633,30; Receita prevista: Cr\$ 9.513.070.000,00; Déficit: Cr\$ 5.709.419.633,30.

Acima do orçamento tivemos, portanto, um déficit, que não era previsto pela Assembleia, de Cr\$ 4.764.955.033,30. E por mais que queiramos os peritos argumentar com créditos plurienais, com créditos referentes ao Plano Quadrienal e com o acréscimo no patrimônio do Estado, nada nos dá a certeza inabalável de que as obras e os serviços públicos realizados pelo governo no ano de 1952 não justificam o fabuloso déficit, pois ao adicionarmos tal resultado negativo ao "Passivo Descoberto" constante do balanço do exercício de 51, tem-se o total de Cr\$ 7.714.299.360,20 como o "Passivo a Descoberto" ao encerrar-se o exercício de 52. Essa fabulosa cifra é o verdadeiro déficit do exercício de 52. E não fomos nós que o descobrimos, e sim a Contadoria do Estado, o Tribunal de Contas e o sr. Relator, à fls. 4, item 8, do seu parecer.

A emissão dos bonus rotativos, que atingiria o máximo nesse exercício de 1953 mereceu várias críticas à política financeira do sr. governador apresentada, em 31-12-52 como saldo em circulação, a astronômica importância de Cr\$ 3.651.831.200,00, sendo passível de crítica, também sob esse aspecto, a emissão de bonus rotativos acima do previsto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DESPESAS

Vimos que foram gastos Cr\$ 15.222.489.633,30. Resta-nos a análise de como foram gastos os bilhões e bilhões de cruzeiros. Gastou-se, para espantar o povo na Praça da Sé, para não se policiar a cidade (vide notícia policial da imprensa: roubos e mala rota, assalto, ladrões à solta, etc., etc.) e im-

portância de Cr\$ 1.228.707.232,60, ou seja, 8,58% do orçamento. No entanto, para a Secretaria da Saúde Pública não tivemos Cr\$ 1.228.025.183,60, ou seja, 8,57%. Para a Secretaria da Agricultura foi dada a importância de Cr\$ 761.304.733,60, ou seja, 4,98% do orçamento. Também sem comentários, apesar de que essa importância, gasta sem o menor planejamento agrícola, face aos gastos das outras Secretarias, foi ínfima. Apenas um dever de justiça devemos declarar que a Secretaria da Viação e Obras Públicas teve uma verba correspondente ao vulto das obras que deveriam ser realizadas: Cr\$ 4.873.548.945,70, e efetivamente as realizou.

Acrescentamos à nossa crítica o fato de a Secretaria da Fazenda não estar pagando pontualmente as verbas cotadas por esta Assembleia, inclusive a verba de auxílios a instituições de caridade, que são distribuídos anualmente pelos srs. deputados, pois muitas das referidas entidades não conseguiram receber as verbas que lhes são devidas. Diga-se de passagem que não nos move qualquer interesse partidário ao criticar a falta de cumprimento dos referidos pagamentos, pois a bancada socialista não distribuiu a mencionada verba.

CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão de que as contas do sr. governador, no exercício de 1952, não são boas e, portanto, merecem ser aprovadas pela Assembleia Legislativa.

A representação socialista não assume a responsabilidade de aprová-las, quer pelo excessivo déficit, quer pelo absurdo das despesas sem o menor planejamento econômico no sentido das reais necessidades do povo. Entendemos um planejamento racional, no sentido do fomento agrícola, para que os generos de primeira necessidade sejam produzidos ao alcance do poder aquisitivo da população; entendemos um plano administrativo no sentido de não mais vermos o excessivo gasto com o pessoal, cessando quaisquer admissões de novos funcionários; entendemos a construção de casas populares para que seja evitado o desequilíbrio orçamentário dos trabalhadores, que vêem seus salários serem consumidos pe-



Dep. Rogê Ferreira

los alugueres; a cessação completa de obras suntuosas como as do IV Centenário, cujo plano de Apolices populares foi um fracasso completo, haja vista que o povo não atendeu ao chamado, desinteressando-se completamente pela compra das referidas apolices, apesar da ridícula e custosa propaganda feita pelo Gabinete do ex-Secretário da Fazenda; cessação da fabulosa obra da Cidade Universitária, atendendo-se à situação da Escola de Belas-Artes e da Escola Superior de Educação Física, para citarmos apenas duas, que se encontram sem verbas, sem aparelhamentos, sem nada, existindo por existir. A época é de austeridade!"

RESENHA INTERNACIONAL

Ainda a guerra fria

A guerra fria entrou nos últimos meses em uma fase de utopia. A situação internacional se tornou menos tensa e ninguém mais fala em guerra iminente. O armistício da Coreia, embora limitado à cessação das hostilidades e à troca de prisioneiros, foi o principal fator do arrefecimento.

As negociações para a efetivação do armistício prosseguem laboriosamente e cheios de incidentes. Nos últimos meses vêm interferindo também no processo de doutrinação dos prisioneiros que se recusaram a ser repatriados.

Tão ou mais laboriosas são as negociações para uma conferência quadrupla, que deverá tentar mais uma vez solucionar os problemas pendentes desde o fim da guerra, isto é, há oito anos. De lado a lado parece não haver grande interesse na realização da referida conferência e na solução dos problemas da Alemanha e Áustria. A URSR acaba de rejeitar mais uma vez o convite para a realização da Conferência Quadrupla, propondo em troca uma Conferência de cinco potências, incluindo a China comunista, para discutir a tensão mundial.

Tanto a Rússia como os Estados Unidos sabem que os problemas pendentes na Europa e na Ásia são intolucíveis, nas bases atuais de ódio do mundo em esfera de influência. As tendências expansionistas de um e de outro são ilimitadas. Nenhum dos contendores pretende abrir mão das posições já conquistadas. As negociações nada mais são do que manobras dilatórias que visam ganhar tempo, na esperança de uma crise mais séria em um ou outro bloco.

Para os socialistas o atual arrefecimento traz novas e fundadas esperanças no futuro. O afastamento do perigo de uma guerra real, que é hoje mais certo de que em qualquer outro momento depois do fim do conflito armado, permitirá um reagrupamento das forças interessadas na paz.

A questão de Trieste

A oposição vigorosa da Jugoslávia à tentativa de dar uma solução unilateral ao problema de Trieste parece ter surtido efeitos. Os Estados Unidos e a Inglaterra adiaram a execução de sua resolução de entregar a zona A à Itália e mostram-se dispostos a examinar novamente o problema, com a participação dos interessados. A tentativa de modificar unilateralmente os termos do Tratado de Paz com a Itália não corresponde aos interesses dos países do centro da Europa que tem em Trieste o seu excedente natural para o mar. O Partido Socialista da Áustria acaba de se pronunciar contra a decisão tomada pelos Estados Unidos e Inglaterra, dirigindo-se também à Internacional Socialista.

A atitude do Partido Socialista da Áustria é mais uma prova de que o problema de Trieste não pode ser examinado e resolvido em função de interesses nacionalistas e patrióticos e sim na base das necessidades econômicas dos países da Europa central. Tudo indica que a resolução tomada por ocasião da elaboração do Tratado de Paz com a Itália, da criação de um território autônomo, é ainda a que mais consulta os interesses dos países que se utilizam do porto de Trieste.

Todo SUCESSO tem seu fator!



Obtenha o máximo de seus benefícios com o uso diário do BIOTONICO FONTOURA! Proporciona ao seu organismo os elementos indispensáveis para compensar os desgastes físicos decorrentes das atividades intelectuais.

INTERCAMBIO

Desejamos permuta com publicações similares.

On desire établir l'échange avec publications similaires.

We wish to establish exchange with all similar publications.

Austausch mit ähnlichen Berufszeitschriften erwünscht.

ADDRESS:

Folha Socialista, Rua Tabatinguera, 362

SÃO PAULO - BRASIL

BIOTONICO FONTOURA

O MAIS COMPLETO FORTIFICANTE!

Examinando «in loco» os problemas dos bairros

Os bairros operários de nossa Capital continuam merecendo a atenção da atual administração municipal, que dentro das possibilidades do erário municipal, vem dando cumprimento ao Plano de Emergência. Nesse sentido a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal, a cuja testa se encontra o sr. João Caetano Alvares, vem desenvolvendo todos os esforços, dentro do esquema de tra-

Visita de engenheiro João Caetano Alvares a bairros operários - Parque infantil para o Bairro Siciliano - Reivindicações de Vila Romana, Vila Moxel e Lapa de Baixo - Pavimentação da rua Caiowas

balho traçado para que os serviços públicos possam atingir um nível de melhoria compatível com os fatos de metrópole de que desfruta São Paulo.

Estava o engenheiro João Caetano Alvares em visita ao bairro Siciliano, onde foi recebido, na manhã de domingo último, pelos diretores da Sociedade Amigos do

Bairro Siciliano, da Sociedade 22 de Março, de Vila Romana, PARQUE INFANTIL.

Percebeu o secretário de Obras, os trabalhos em execução: ruas Mapili e Mangarilha, determinando, após ouvir os moradores do bairro, medidas imediatas visando melhorar as condições de serventia de algumas vielas e travessas, em conjugação com o plano de melhoria geral. Uma das finalidades da visita era tomar conhecimento do local destinado a instalação do parque infantil, que mereceu aprovação. Foi aprovado também o plano de prolongamento do trajeto do ônibus "Vila Romana" linha 50. Um dos problemas presentes

do Bairro Siciliano é a ligação com Vila Romana, feito através de uma precaríssima ponte de madeira, sobre o córrego Guará, tendo prometido a solução do pro-



Eng. João C. Alvares

blema, até princípios do ano vindouro, pela construção de um do traçado existente.

EM VILA ROMANA E VILA MOXEL

Em Vila Romana o sr. João Caetano Alvares examinou detalhadamente o problema da captação de águas fluviais, especialmente nas junções da rua Marco Augusto e Faria, que nas épocas de chuva, constitui o tormento dos moradores daquela zona.

Também em Vila Moxel, foi estudada a questão do celebríssimo córrego do Mandý, que provoca inundações que muito infelicitam aquela população nas ocasiões de chuva.

LAPA DE BAIXO

Recebido por uma comissão de moradores da Lapa de Baixo, os pedidos de incorporação de Vila Moxel, o sr. João Caetano Alvares teve oportunidade de expor o plano da Secretaria de Obras. (Conclui na 2.ª pag.)



Dep. Cid Franco

REPUDIO AO PISTOLEIRO NA ASSEMBLÉIA ESTADUAL

Tenório visita o Palácio "Nove de Julho" - Retirada da bancada Socialista

O deputado udenista fluminense Tenório Cavalcanti visitou em dias da semana passada a Assembleia Legislativa Estadual. O deputado Tenório, hoje celebrizado como o pistoleiro de Casias, pelas suas façanhas de político de "farwest" ou de potentado feudal, sob cujos ombros pesam as acusações de alguns crimes de morte, foi recebido pelos deputados paulistas, com honras de chefe de Estado. Desordenado da máquina, o deputado Cid Franco pronunciou o seguinte discurso:

"Revista e jornais de todo País têm publicado instantaneamente o deputado federal Tenório Cavalcanti exibindo armas. Tornou-se conhecido — expressão da imprensa — como "deputado pistoleiro". Penso que uma figura que por ser modo se notabiliza, assim armada e assim exibida, não é daquelas que elevam o regime democrático.

Considerei o deputado federal Tenório Cavalcanti e seus advogados como representantes de uma velha política de odios pessoais, de violências inadmissíveis, de processos anti-cristãos, que

repugnam à minha consciência da socialista democrático e de espiritualista. Retiro-me do plenário, sr. Presidente; sem armas e sem odios, apenas armado de minha doutrina, de minha crença e de minha filosofia, em sinal de protesto contra a primária política da valentia física, da punhalada, do tiro, da violência".

Tornando mais claro o rosnado da bancada socialista no representante da política de gangsterismo, os deputados Cid Franco e Rogê Ferreira retiraram-se do plenário, para que o enleutamento de Tenório se processasse sem a complicidade dos socialistas.

Talha Socialista

ANO V 5 de novembro de 1953 N.º 11

Por falta de fiscalização da D.R.T.

MORTA NO TRABALHO EM VALINHOS UMA CRIANÇA DE APENAS 9 ANOS

Tenta o gerente da Cerâmica F. C. subornar a família da vítima - Dez mil cruzeiros o preço de uma vida - Indiferença das autoridades de Campinas - Recurso para a Procuradoria Geral do Estado



A tia da infeliz menor Maria Ribeiro, mostrando à reportagem de "Talha Socialista", os Cr\$ 10.000,00, que lhes foram mandados entregar pelo sr. Jerônimo Alves Corrêa, a fim de que a família da vítima "colocasse uma pedra em cima do caso".

Vivendo sob um regime de irresponsabilidade, não pode o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores, esperar outra coisa que o desprezo aos direitos do cidadão, no ponto do desrespeito à vida humana, desde que com isso se possa aumentar o lucro e ampliar facilmente a fortuna de qualquer figura da política ou do cablo eleitoral de arrotado. Não importam os meios, por mais corruptos que sejam. Para garantir de um exito eleitoral, colora-se à feita dos órgãos garantidores da execução da lei, qualquer figura que mereça confiança da classe dominante, pouco importando a forma como se despossenhara do cargo. Assim, acontece nas dependências do Ministério do Trabalho, na Delegacia Regional do Trabalho, do governo trabalhista do sr. Getúlio Vargas e João Goulart. Não existe em São Paulo fiscalização das leis do trabalho, os fatos não passam de meros cabos eleitorais, premiados pelos serviços prestados aos seus senhores. A imprensa não se cansa de denunciar fatos resultantes de de-

(Conclui na 2.ª pag.)

ESCOLA DE PELEGOS

Preleciona o secretário do Trabalho, sr. Ferreira Keffler, instituir na nossa Capital uma pontualmente chamada Escola de Líderes Sindicais, cuja finalidade, não entender daquele membro do Executivo estadual, é preparar os trabalhadores para dirigirem as entidades de classe do grupo profissional a que pertencerem. Ao que se adianta, através de sua entrevista concedida à imprensa, o plano está pronto e está na dependência apenas da aprovação do governador Lucas Rogueira Carez.

Dentro do esquema traçado pelo sr. Ferreira Keffler a dita escola de líderes, terá caráter universitário especializado, atendendo a sugestões de muitos dirigentes sindicais, que pretendem dessa forma atender a uma suposta aspiração dos trabalhadores filiados às entidades que dirigem, e onde já adquiriram estabilidade de cargo, graças a legislação intervencionista que regula a vida do Sindicato no Brasil.

Na realidade é que o plano Ferreira Keffler pretende, nada mais é do que a formação de superficiais conhecedores de legislação trabalhista que inevitavelmente se infiltrarão técnicos ditas ou técnicos daquilo, nos moldes dos tantos cursos de direito social, de direito ditas ou daquilo, mandados pelo SESI, pelo SESC e que, para diploma, pelegos e erizilos em líderes sindicais.

Esquece-se o autor do plano

que a verdadeira escola de dirigentes sindicais é a própria militância sindical, exercida com honestidade. E militância sindical não se consegue enquanto o sindicato não conseguir a sua ampla autonomia de entidade classista, sem interferência ministerialista. Se elementos ditas ou daquilo

corrente empolgam os sindicatos, por estarem melhor treinados (assim confessa na sua entrevista o sr. Ferreira Keffler), é porque adquiriram conhecimento, treino e experiência através de uma militância exercida com consciência de deveres para com a classe.



Gratificações de Fim de Ano

Acha-se em curso na Câmara dos Deputados um projeto de lei que assegura a todo empregado, no fim do ano, uma gratificação mínima correspondente a um ordenado. Provavelmente, ficará engavetado, da mesma forma que se acham os projetos de lei sindical, de regulamentação do direito de greve, de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e outros semelhantes. Sabemos muito bem que a grande maioria dos "representantes do povo" que compõem a Câmara e o Senado é composta de políticos profissionais que representam apenas seus próprios interesses e os das classes capitalistas.

Esses projetos, entretanto, deve merecer uma campanha para que se torne lei dentro de pouco tempo. Trata-se de um projeto simples, que não pode exigir muitas discussões no Congresso nem demorados pareceres das comissões, de modo a justificar demoras, como tem acontecido com outros projetos. Portanto, desde que haja uma campanha bem organizada entre os trabalhadores, pela aprovação desse projeto, os sr. deputados, que precisam de manter seu eleitorado e, por isso, são obrigados a atender à cam-

panhas populares, serão compelidos a aprová-lo. A gratificação de fim de ano atende a uma reivindicação muito sentida entre os trabalhadores de todas as categorias. Os salários, no Brasil, encontram-se em nível extremamente baixo. Qualquer trabalhador, em mais, não ganha o suficiente para atender às necessidades mínimas, próprias e de sua família. Por isso, a gratificação de fim de ano é sempre esperada, por todo assalariado, como um meio de afrouxar as aperturas do seu magro orça-

mento doméstico, para a compra de uma roupa melhor, de sapatos para os filhos, de um presente para a mulher, enfim, para esses pequenos gastos que fogem da rotina de todo mês mas que fazem parte elementar da vida de todo ser humano, na sociedade atual. Por isso mesmo, em muitas empresas já foi adotado o sistema da gratificação de fim de ano. Mas tais gratificações, quando existem, têm caráter de "liberalidade" do empregador e este se utiliza disso, em regra, para exigir mais coisas do empregado. Só dá a gratificação aos empregados que bem entende, aqueles que se mostram "eficientes e disciplinados, obedientes".

A gratificação de fim de ano deve, portanto, ser convertida em direito assegurado em lei, e todo trabalhador, inclusive e principalmente ao trabalhador do campo. Mesmo porque, não

(Conclui na 2.ª pag.)